



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA
Presidência
Assessoria Jurídica

Despacho - TCB/PRES/ASJUR

Brasília-DF, 18 de junho de 2021.

À Presidência,

Senhor Diretor Presidente,

Em atendimento ao Despacho SEI 64234021, cumpre-nos informar que o Tribunal de Contas do Distrito Federal solicitou informações desta TCB quanto aos seguintes aspectos constantes no processo 00600-00004717/2021-95-e: "... *apresentar os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação...*".

De conformidade com a documentação anexa ao presente processo, (SEI 64231283), o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, recebeu denuncia de possíveis irregularidades quanto a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração junto à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, objeto do Processo SEI n.º 00095-00000008/2021-42, prevista para ocorrer entre os dias 31 de maio de 2021 e 2 de junho de 2021, conforme Edital de Abertura do Processo Eleitoral.

Ao que parece, o Ministério Público de Contas, argumentou que o Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity não detém a condição de empregado público ativo da TCB, vez que não investido legalmente em decorrência de aprovação em exigido concurso público de provas ou provas e títulos, porquanto nomeado para cargo em comissão pelo então Diretor-Presidente, situação que, no sentir ministerial, pode representar flagrante conflito de interesses, fazendo com que o nominado candidato não apresente os requisitos para ser elegível como representante dos empregados daquela empresa pública no Conselho de Administração, fundamentando a sua argumentação em interpretações extensivas aos art.8º; art. 9º, II e parágrafo único e art.10, todos do Regulamento Eleitoral; art. 17, III, §2º, V, §5º, I,II, III, da Lei 13.303/16 e art.37, II, V da CF/88.

Diferentemente do entendimento do *parquet* de contas, inexistiu qualquer ilegalidade para a participação do empregado Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity, conforme se observa da instrução do processo SEI 00095-00000008/2021-42, pois as razões de impugnação da candidatura do aludido empregado decorrentes de ser empregado comissionado, não assiste razão, senão vejamos parecer de minha própria lavratura:

À Comissão Eleitoral,

Trata-se de análise quanto à Impugnação da candidatura de CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY, através do qual o impugnante em apertada síntese sustenta que o ora impugnado por ser empregado em comissão não possui vínculo empregatício com

esta TCB, requerendo ao seu final o recebimento e provimento do recurso para a exclusão da candidatura do impugnado, assim como que os empregados em comissão da TCB não votem com fundamento no art. 8º do Regulamento Eleitoral.

Não obstante seja respeitosa a tese defendida pelo impugnante, temos que melhor sorte socorre pelo julgamento improcedente da impugnação, senão vejamos:

O próprio Regulamento Eleitoral, trouxe de forma clara e cristalina o direito de participação dos empregados em comissão desta TCB no escrutínio do representante dos empregados para o Conselho de Administração da TCB para mandato de 02 (dois) anos.

De conformidade com o disposto no item 4 do Edital de Abertura de Processo Eleitoral (SEI 57278387):

4 - São requisitos para inscrição do candidato(a) a Conselheiro nesta eleição, na forma do artigo 9º do Regulamento Eleitoral:

I- ter ensino superior completo ou experiência profissional compatíveis com a responsabilidade e a complexidade do exercício da função, demonstradas mediante apresentação de currículo e documentos, observadas as ressalvas constantes no Artigo 18 do Estatuto Social da TCB;

II- O empregado que tenha mais de 01 (um) ano de trabalho efetivo na TCB, ou que esteja exercendo suas atividades em outro órgão público, mas que tenha vínculo com a TCB, entende-se por empregado efetivo os trabalhadores com vínculo empregatício não extinto ou suspenso.

...

(grifos nossos)

Portanto, o item como informado cumpriu a regra constante no art. 9º do Regulamento Eleitoral (SEI 53715937).

Art. 9º Poderão ser candidatos a membro do Conselho de Administração, os empregados ativos da TCB, como definido no argo 8º deste regulamento, que atenda aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Lei nº 13.303/16, no Estatuto da TCB, além dos seguintes requisitos:

Diferentemente do entendimento do impugnante, os empregados ocupante exclusivamente de cargo em comissão são efetivamente vistos/reconhecidos como empregados com vínculo.

Entende-se como vínculo empregatício de conformidade com o art.3º. da CLT, a relação de natureza não eventual, prestada por empregado pessoal física, sob dependência de um empregador e mediante salário.

Ainda no mesmos sentido, a comprovação do vínculo empregatício

pode ser caracterizada pela existência de contrato de trabalho, carteira de trabalho assinada, recolhimentos de contribuições previdenciárias e etc... .

Portanto, embora o emprego em comissão seja uma relação de trabalho intrinsecamente precária, sob a condição da demissibilidade "ad nutum", não se pode afastar o reconhecimento do vínculo empregatício do empregado nessa condição.

Neste aspecto, cumpre-nos ressaltar que a Justiça Especializada do Trabalho reconhece o Direito dos empregados comissionados no recebimento de parcelas rescisórias, fato este que não ocorreria no caso do não reconhecimento do vínculo empregatício.

Somente a guisa de maiores esclarecimentos, o empregado comissionado, por ser ocupante de uma função de confiança só não faz jus ao recebimento das parcelas rescisórias decorrentes da "surpresa da rescisão contratual" (Aviso Prévio, Multa 40% sobre o FGTS, saque do Seguro Desemprego), pois por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração o recebimento das aludidas parcelas se demonstram incompatíveis.

Ressalte-se que tais empregados são considerados empregados públicos, submetidos ao regime da CLT, com o registro em CTPS e demais direitos que a lei trabalhista prevê, sendo que a única exceção é feita no que se refere às parcelas decorrentes da rescisão imotivada, em face da precariedade da contratação e da possibilidade de livre exoneração, sem motivação e sem pagamento da multa de 40% sobre o FGTS.

Vale destacar, que esta matéria já foi amplamente debatida junto ao nosso Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª. Região, senão vejamos:

EMPREGO EM COMISSÃO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VERBAS RESCISÓRIAS INDEVIDAS.

Uma vez reconhecida a contratação para desempenho de emprego em comissão nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, indevidas as verbas de natureza trabalhista no momento do desligamento, tais como aviso prévio e multa de 40% sobre os depósitos de FGTS. Recurso ordinário da reclamada conhecido e parcialmente provido. (Processo nº. 00856-2010-021-10-00-1 RO, Acórdão 3ª Turma, Relatora Desembargadora Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro, publ. 17/12/2010 no DEJT).em>

RECURSO DE REVISTA. DISPENSA DE CARGO EM COMISSÃO. PAGAMENTO DE AVISO-PRÉVIO. I. A Jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o ocupante de emprego em comissão, contratado sob o regime da CLT, não tem direito ao pagamento da parcela de aviso-prévio, porquanto se trata

de contratação para emprego de livre nomeação e exoneração, nos termos do art. 37, II, da CF/88. II. Recurso de revista de que se conhece, por violação do art. 37, II, da CF/88, e a que se dá provimento. (RR - 10926-81.2013.5.15.0118, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 04/05/2016, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/05/2016) (g.n.)em>

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. CARGO EM COMISSÃO. REGIME CELETISTA. VERBAS RESCISÓRIAS. PAGAMENTO. AVISO PRÉVIO. MULTA DE 40% SOBRE O FGTS. MULTA PREVISTA NO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. 1. Ainda que contratados sob o regime celetista, os ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração, providos na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, não possuem garantias de permanência nem estão assistidos pela legislação trabalhista, de modo que não fazem jus ao pagamento de verbas rescisórias em>por ocasião da exoneração ad nutum. Dessarte, **não há falar em direito às multas de 40% do FGTS e do artigo 477, § 8º, da CLT, bem como ao aviso prévio.**Precedentes desta egrégia SBDI-1. 2. Considerando, pois, que o v. acórdão turmário está em conformidade com a atual e iterativa jurisprudência desta colenda Corte Superior, o conhecimento do recurso de embargos encontra óbice no artigo 894, § 2º, da CLT. 3. Recurso de embargos de que não se conhece. (E-ED-RR - 141-83.2014.5.03.0013, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 01/12/2016, Subem>seção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 09/12/2016) (g.n.)

Sendo assim, o candidato impugnado, mesmo sendo ocupante de emprego em comissão demonstrou o preenchimento dos requisitos exigidos para a sua participação na eleição, através do qual a sua candidatura merece prosperar, pois possui mais de 1 (um) ano de serviço efetivo nesta TCB (vínculo empregatício), assim como trouxe todos os documentos exigidos quando da análise preliminar de sua candidatura (SEI 60104930).

Em face do exposto, é a nossa manifestação **pelo julgamento improcedente da impugnação**, inclusive quanto ao suposto impedimento dos empregados comissionados no exercício do direito de voto.

S.M.J.

Atenciosamente,

Carlos Leonardo Souza dos Santos

Chefe da Assessoria Jurídica - ASJUR/TCB

Vale destacar, que após a emissão do referido parecer, o processo fora submetido à Comissão Eleitoral, onde conforme já informado na representação fora aprovado por maioria dos seus membros, contudo, o resultado não só agradou um dos membros da comissão de dera o seu voto em separado como também ao Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista do Distrito Federal "SINDSER", através do qual ingressara judicialmente com uma demanda judicial distribuída na 10ª. Vara do Trabalho de Brasília do Distrito Federal, sob o número: 0000422-09.2021.5.10.0010, para liminarmente alcançar a determinação para que a TCB se abstenha de inserir qualquer ocupante de cargo comissionado, que na seja empregado de carreira, na votação dos dias 31/05 a 02/06 e no mérito para que seja declarada a impossibilidade de funcionário comissionado, ocupar o Conselho de Administração no cargo destinado aos representantes dos empregados, e fundamentado nas mesmas normas constantes na representação em tela.

Contudo, a liminar fora indeferida quando da sua apreciação pelo MM. Juízo: A uma porque o Edital como apresentado não se verificou óbice à participação de empregado comissionado. A duas em decorrência do próprio processo democrático eleitoral onde os empregados da empresa é que iriam eleger o seu representante, e portanto, a oportunidade de escolher o empregado que melhor atenderá as suas expectativas, senão vejamos:

DECISÃO

Tutela de Urgência

Vistos.

Trata-se de Ação Trabalhista ajuizada por SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL ("SINDSER") em face de SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. e CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MACGINITY pleiteando, em sede de Tutela de Urgência de Natureza Antecipada, seja determinado que a empresa Ré se abstenha de inserir qualquer ocupante de cargo comissionado, que não seja empregado de carreira, na votação dos dias 31/05 a 02/06.

Afirma, para tanto, que os empregados serão pressionados pela reclamada a votar no comissionado, pois assim terão maior facilidade de defender os seus interesses no Conselho.

Pois bem, o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida na petição inicial, desde que existam elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC). Além disso, não pode o provimento ter caráter irreversível (art. 300, § 3º, do CPC).

Da leitura da peça de ingresso não se extrai o preenchimento dos requisitos de concessão da tutela requerida, eis que não evidenciada

a verossimilhança das alegações, que demandará dilação probatória. De uma análise preliminar dos termos do Edital apresentado não se verifica óbice à participação de empregado comissionado como candidato.

Ademais, se, como assevera o Autor, a categoria não se entende representada pelo empregado ocupante de cargo em comissão terá a oportunidade de, no momento da votação, escolher outro empregado de carreira.

Assim sendo, INDEFIRO a tutela de urgência requerida.

De outro lado, Diante da manutenção da suspensão das audiências presenciais em razão da pandemia da COVID19, ADOTO o procedimento previsto no art. 6º do Ato nº 11/GCGJT.

DETERMINO a notificação do réu, pelo sistema e-carta, para apresentar contestação no Processo Judicial Eletrônico (PJE), no prazo de 15 dias (CPC, art. 335), contados da data de recebimento da notificação (CLT, art. 774), com a prova documental que entender necessária, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (CPC, art. 344), estando dispensada a realização de audiência inaugural, facultado o oferecimento de propostas de conciliação ou requerimento de audiência telepresencial de conciliação, hipótese em que os autos serão remetidos ao CEJUSC, sem interrupção do fluxo do prazo para defesa. Havendo mais de um réu, mesmo com advogados distintos, o prazo para a defesa não será contado em dobro (CPC, art. 229, §2º), salvo para a Fazenda Pública e Defensoria Pública da União (CPC, arts. 183 e 186).

CUMPRASE. Publique-se para ciência do(a) Autor.

BRASILIA/DF, 27 de maio de 2021.

RAQUEL GONCALVES MAYNARDE OLIVEIRA

Juíza do Trabalho Substituta

A decisão de indeferimento fora objeto de Mandado de Segurança no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª. Região através do processo 0000411-10-2021.5.10.000, onde igualmente fora indeferida a liminar, mantendo-se assim a íntegra da decisão recorrida, vejamos:

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL - SINDSER em face de decisão proferida pela juíza do trabalho substituta na MM. 10ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, na ação trabalhista nº 0000422-09.2021.5.10.0010, proposta em face de SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. - TCB e CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY.

O impetrante noticia a existência de irregularidades nas eleições para composição do Conselho de Administração da TCB. Sustenta que, dentre outros requisitos estipulados em regulamento do sufrágio e em lei distrital, a escolha dos representantes dos empregados deve recair somente sobre aqueles que possuem vínculo efetivo com a empregadora. Desse modo, acena com a inviabilidade da candidatura de empregado ocupante de cargo em comissão.

Desse modo, narra, ingressou com a referida ação e nada obstante se encontrassem presentes os requisitos que autorizassem a concessão de tutela de urgência, a autoridade nominada coatora indeferiu o pleito formulado.

Afirma que a decisão alvejada é ilegal e, ante a plausibilidade do direito e a existência do perigo da demora, pugna pela concessão de liminar a fim de que se determine que a sociedade empresária se abstenha de autorizar a participação de empregado ocupante de cargo comissionado, que não seja de carreira, no referido escrutínio. Ao final, pede que seja declarada a impossibilidade de empregado detentor de cargo de livre nomeação, notadamente comissionado, ocupar o Conselho de Administração na cadeira destinada aos representantes dos empregados.

Este processo foi encaminhado ao gabinete da Presidência para decidir a medida urgente nele requerida, segundo a disposição do art. 106 do Regimento Interno, haja vista o Relator encontrar-se em regular fruição de férias (certidão, a fls. 135 - pdf).

De início, cumpre salientar que o impetrante não indicou, nem qualificou os litisconsortes passivos necessários, devendo ser ressaltado a exigibilidade de fazê-lo, segundo o disposto no art. 115, parágrafo único, do CPC e na Súmula n.º 631 do exc. Supremo Tribunal Federal, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial.

*Acerca da pretensão, impende registrar a lição de Manoel Antonio Texeira Filho, de que "será líquido e certo o direito que decorra de um fato inequívoco, cuja existência possa ser plenamente comprovada" (**Mandado de segurança na Justiça do Trabalho. Individual e Coletivo**. São Paulo: Ltr, 3ª ed. p. 139). Nessa quadra, configurada qualquer ilegalidade, o ato fica sujeito à impetração de mandado de segurança e, evidenciada a probabilidade do direito e o perigo da demora, resta ao magistrado conceder a tutela pretendida, de modo a reprimir o dano irreparável ou de difícil reparação.*

Vale ressaltar que a suspensão liminar do ato impugnado, por meio de mandado de segurança, dá-se "quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida", nos termos do inc. III do art. 7.º da Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009. Para essa finalidade, a demonstração

desses requisitos constitui encargo da parte impetrante. Não o fazendo, inevitável o indeferimento do pedido liminar.

Releve-se que a norma do caput do art. 300 do CPC estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil ao processo. Por outra banda, na modalidade de tutela provisória, a parte não busca a antecipação do mérito, mas somente o resguardo do direito que lhe assiste.

No caso concreto, assim como registra a decisão impugnada, a matéria impõe que se proceda à análise aprofundada, demandando, portanto, maior incursão probatória, sendo prudente, ademais, que seja oportunizada manifestação em sede de contraditório. Bem por isso, em cognição sumária, não se divisa que as considerações expostas pelo impetrante se fundam na plausibilidade jurídica do pedido, nem no perigo da demora. Nessa perspectiva, a pretensão encontra óbice na Súmula 415 do col. TST, sendo cediço, a teor desse verbete, ser "inaplicável o art. 321 do CPC de 2015 (art. 284 do CPC de 1973) quando verificada, na petição inicial do 'mandamus', a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação."

Ainda que assim não fosse, e mesmo que não caiba à Presidência empreender exame em profundidade da questão, na medida em que a análise do mérito se encontra vinculada ao Juízo Natural, divisa-se meridiana a consideração da dita autoridade coatora no sentido de que, "se, como assevera o Autor, a categoria não se entende representada pelo empregado ocupante de cargo em comissão terá a oportunidade de, no momento da votação, escolher outro empregado de carreira".

*Em assim sendo, **INDEFIRO A LIMINAR.***

Intimem-se. Publique-se.

Após, remetam-se os autos ao gabinete do Exmo. Desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran.

Brasília-DF, 2 de Junho de 2021.

*BRASILINO SANTOS RAMOS
Desembargador do Trabalho*

Sendo assim, podemos observar das decisões exaradas pela justiça especializada que inexistem ilegalidades na participação de empregado comissionado no processo eleitoral para a eleição de representante dos empregados no Conselho de Administração da TCB, como quis fazer crer o representante.

Somente a guisa de maiores esclarecimentos quanto ao presente tema, cumpre-nos relatar que a eleição com a participação do empregado Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity, ocorrera como prevista entre os dias 31/05/2021 a 02/06/2021, onde:

"... A apuração dos votos ocorreu no dia 02/06/2021 e foi filmada e

gravada. A contagem dos votos foi realizada na presença de todos os candidatos. O resultado das eleições está estampado na Ata redigida a mão pelo Presidente desta Comissão e assinada por todos os membros da Comissão e candidatos Ata SEI 63244746. Foi também juntada ao SEI no dia 02/06/2021 a Ata 03 SEI 63244837 com o resultado da apuração dos votos e assinada pelos membros da Comissão e candidatos.

*O candidato Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity, matrícula nº. 606.022 **obteve 145 votos**. O candidato Cley Gonçalves dos Santos, matrícula nº. 564.621 **obteve 53 votos**. O candidato Mario José Leonardo, matrícula nº. 497.800, **obteve 56 votos**. Votos em branco foram 02 votos e votos nulos foram 05 votos. O total foi de 261 votos. Desta feita, cumpre declarar que o vencedor do processo eleitoral para eleição de representante dos empregados no Conselho de Administração foi Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity, matrícula nº. 606.022...".*

Portanto, percebe-se pelo número de votos que foram computados, que o empregado eleito pelo processo eleitoral, possui sim, representatividade dos empregados da TCB e assim o sendo em obediência aos princípios democráticos do direito e ao escrutínio como realizado, o empregado eleito merece ocupar a vaga a ser por si preenchida.

Ainda no sentido de demonstrar que não merece prosperar a presente representação, os fatos narrados na representação aparentemente não possuem correlação com a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, pois os supostos atos ilegais não são sujeitos ao controle desta Corte de Contas, especialmente após a análise da justiça especializada a respeito do julgamento das liminares como já elencado.

Além do mais, os dispositivos apontados pelo representante além de já terem sido afastados pela justiça especializada não demonstram a ocorrência de ilegalidade na participação de empregado comissionado na eleição, assim como não há que se falar em conflito de interesse em decorrência da função a ser exercida em decorrência da nomeação do empregado comissionado, pois de conformidade com o §4º. do art. 18 do Regimento Interno da TCB, a cadeira destinada ao representante dos empregados será realizada através da eleição conforme realizada, portanto, a eleição cumprira as regras como aprovadas não havendo que se falar portanto, em ilegalidade no procedimento tão somente pela participação de empregados comissionados, pois como já informado a vaga foi preenchida por decisão exclusiva dos empregados e não por qualquer tipo de decisão administrativa ou política como defendido na representação, assim como a estabilidade a ser gozada visa proteger o empregado para a autonomia da sua função durante o seu mandato.

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão de deliberação coletiva, responsável pela orientação e controle da gestão dos negócios da Sociedade, é composto de 05 (cinco) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, eleitos pela Assembleia dos Cotistas e por ela destituíveis a qualquer tempo.

§ 4º Dentre os membros do Conselho, um será representante dos empregados, escolhido pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela Empresa, em conjunto com a entidade sindical que os representem, regido por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do parágrafo único do art. 140 da Lei nº 6.404/76, e terá sua indicação aprovada pela Assembleia Geral.

(grifos nossos)

Em face do exposto, são estas as informações pertinentes à representação como apresentada, através do qual devolvemos o presente processo para o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, através do qual manifestamos pela instrução da resposta com todos os documentos pertinentes ao processo eleitoral para a melhor transparência dos fatos.

Atenciosamente,

Carlos Leonardo Souza dos Santos

Chefe da Assessoria Jurídica - ASJUR/TCB



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS LEONARDO SOUZA DOS SANTOS - Matr.0056615-2, Chefe da Assessoria Jurídica**, em 21/06/2021, às 13:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **64238703** código CRC= **5DE259DB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON QUADRA 6 LOTE ÚNICO BLOCO A - Bairro ASA NORTE - CEP 70610-660 - DF

(61) 3342-1047